

----- ATA N.º 2/2022 -----

SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA
PÚBLICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE FERREIRA DO ZÊZERE AOS
TRINTA DIAS DO MÊS DE ABRIL DE
DOIS MIL E VINTE E DOIS -----

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, no Salão da Associação Desportiva e Recreativa de Águas Belas, sito na Freguesia de Águas Belas, face à convocatória para o efeito oportunamente remetida nos termos regimentais, reuniu este Órgão, sob a presidência de José Manuel Pinto da Silva Casanova, tendo como 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, Carlos Ferreira Salgado e Maria Fernanda Gaspar de Moura, com a seguinte **ordem de trabalhos**: -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

1. Apresentação de expediente, nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
2. Apreciação e votação da ata 1ª Sessão Ordinária realizada em 26 de fevereiro de 2022. -----
3. Assuntos gerais de interesse autárquico, ao abrigo do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e situação financeira do município, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

2. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal atinente aos estudos de sinalização/toponímia abaixo mencionados, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação: -----

2a) Colocação de sinal de trânsito, na Rua Principal de Cumes, na localidade de Cumes, sito na Freguesia de Chãos; -----

2b) Colocação de sinal de trânsito, no Cantinho das Courelas, no lugar de Courelas, sito na Freguesia de Nossa Senhora do Pranto; -----

2c) Colocação de sinal de trânsito, na Rua do Barqueiro, no lugar de Rio Fundeiro, sito na Freguesia de Nossa Senhora do Pranto; -----

2d) Colocação de sinal de trânsito, na Rua Vale de Lameiras, no lugar de Vale de Lameiras, sito na Freguesia de Nossa Senhora do Pranto; -----

2e) Colocação de sinal de trânsito, na Rua António Simões até Janafonso, na localidade de Ventoso, sito na Freguesia de Bêco; -----

2f) Colocação de sinal de trânsito, na Rua do Alqueidão de Baixo, sito na Freguesia de Nossa Senhora do Pranto. -----

3. Apreciação e votação da Isenção das Taxas de esplanadas e de toldos para o ano de 2022, nos termos da alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o artigo 35.º-U do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, bem como nos termos do artigo 30.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais. -----

4. Apreciação e votação da constituição do Conselho Municipal da Educação para o mandato 2021/2025, nos termos Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, alterado pelas Lei n.º 41/2003, de 22 de agosto, pela Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro e pelo

Decreto-Lei n.º 72/2015, de 11 de maio, bem como autorização da Assembleia Municipal para que o elemento do Conselho Municipal da Juventude que vier a ser nomeado por aquele órgão, de acordo com o seu regimento, passe a integrar a constituição do Conselho Municipal da Educação. -----

5. Apreciação e votação do Regulamento da Biblioteca Municipal de Ferreira do Zêzere, nos termos do art.º 25º, n.º 1, alínea g) da referida Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

6. Apreciação e votação da Proposta de Alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial de Lameiras, nos termos do artigo 90º do Decreto-Lei 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação. -----

7. Apreciação e conhecimento - Estratégia Local da Habitação de Ferreira do Zêzere. -----

8. Apreciação e votação da Revisão Orçamental n.º 2 (Receita e Despesa), nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

9. Apreciação e votação à 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal, Caracterização dos Postos de Trabalho e Competências para o ano de 2022, conforme alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

10. Apreciação e votação da Prestação Anual de Contas de 2021 da Tejo Ambiente, E.I.M., S.A. -----

11. Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas de 2021 do Município de Ferreira do Zêzere, nos termos da alínea I) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

12. Compromissos Plurianuais: -----

12a) Apreciação dos compromissos plurianuais (quadro 1) efetuados ao abrigo da autorização da Assembleia Municipal de 4 de dezembro de 2021, conforme n.º 1 do artº 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro; -----

12b) Apreciação e votação do pedido de autorização prévia para o Fornecimento de energia elétrica em regime de mercado livre - BTN - Baixa Tensão Normal (quadro 2), efetuados ao abrigo da autorização da Assembleia Municipal de 4 de dezembro de 2021, conforme n.º 1 do artº 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro; -----

12c) Apreciação e votação do pedido de autorização prévia para o Fornecimento de Gasóleo Rodoviário a Granel, em fornecimentos contínuos (quadro 2), efetuados ao abrigo da autorização da Assembleia Municipal de 4 de dezembro de 2021, conforme n.º 1 do artº 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

INTERVENÇÃO ABERTA AOS CIDADÃOS -----

1. Intervenção e esclarecimento ao público nos termos do n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Presenças: distribuída a folha de Presenças aos membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença de vinte e dois dos seus membros, tendo-se registado a ausência dos Deputados Municipais, Jorge Ponce de Leão de Castro, Marisa Alexandra Cotrim Silva, Mónica Patrícia Alves Antunes e Manuel dos Santos Nunes, que foram substituídos pelos cidadãos Jorge Manuel Godinho Ribeiro, Luís Pedro Alberto Pereira, que tomou posse nos termos da lei, para poder participar na Assembleia Municipal, bem como Pedro Manuel dos Santos Vitorino e Ana Rita Vieira da Silva, respetivamente. Renunciaram ao mandato da Assembleia Municipal, os Deputados Municipais Sylvie Marina Vaz Lopes e Colin Malcolm Appleby. -----

20	122
Livro	Folhas

A Câmara Municipal fez-se representar pelo Presidente Bruno José da Graça Gomes, e pelos Vereadores Orlando da Silva Patrício, Hugo Miguel de Freitas Azevedo e Pedro Manuel dos Santos Alberto. -----

Abertura da Sessão: Eram dezanove horas e cinco minutos quando, verificada a existência de “quórum”, o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, declarou aberta a sessão da Assembleia Municipal, cumprimentando todos os membros presentes da câmara municipal, assembleia municipal, comunicação social e público em geral. -----

O Senhor Presidente da Assembleia antes de entrar no Período de Antes da Ordem do Dia, pediu que guardassem um minuto de silêncio em memória do primeiro Presidente da Câmara eleito na terceira República e que residia nesta freguesia de Águas Belas, o Senhor António Teixeira Antunes, pelo que todos os presentes se levantaram e cumpriram um minuto de silêncio. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

1. Apresentação de expediente, nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, informou resumidamente o expediente recebido desde a última sessão, nomeadamente a renúncia do mandato da Senhora Sylvie Marina Vaz Lopes em virtude de exercer funções na Câmara, bem como o Senhor Colin Malcolm Appleby, que também solicitou a renúncia ao mandato pela dificuldade em entender o português o que tornaria difícil a sua participação nas Assembleias. Mencionou também a justificação das faltas justificadas dos Deputados Municipais que foram transmitidas à mesa. -----

2. Apreciação e votação da ata 1ª Sessão Ordinária realizada em 26 de fevereiro de 2022. -----

Não houve intervenções. -----

Colocada à votação a Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria e em minuta, com dezanove votos a favor, zero votos contra e três abstenções, a ata da 1ª Sessão Ordinária realizada em vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e dois. ----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que a ata vai ser disponibilizada para o site da Câmara Municipal. -----

3. Assuntos gerais de interesse autárquico, ao abrigo do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pelo facto de estar em Águas Belas quis dar a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Águas Belas, o Senhor José Pedro Pestana Joaquim. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Águas Belas, no uso da palavra começou por cumprimentar todos os presentes, dizendo que era com enorme satisfação fazer-se em Águas Belas a segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal. Começou por agradecer à Associação Desportiva e Recreativa de Águas Belas a cedência do espaço, para a realização da Assembleia Municipal. Referiu que é um dia importante para Águas Belas. É uma das freguesias com uma das melhores atividades económicas do Concelho, dando emprego a muita população. Disse que é necessário continuar a investir na freguesia de Águas Belas. O executivo não tem olhado a esforços, no bem-estar, no apoio social, no apoio às associações e à população em geral. Mas tem a consciência de que ainda há muito a fazer nesse sentido e a pensar nessa situação tentam procurar melhorar mais a qualidade de vida

dos Águasbelenses. Contam com o apoio da Câmara Municipal para que tenham mais força na ajuda à população sendo essa a maior preocupação do executivo. Tem consciência que os jovens procuram melhores oportunidades de trabalho, melhores condições, tendo noção que mais de sessenta por cento da população de Águas Belas tem mais de sessenta e cinco anos e que precisam de apoio e de atenção. Fez o apelo à participação ativa a todos para ajudar Águas Belas a crescer. Deixou ainda o desejo que todos se sintam bem em Águas Belas, terminando assim a sua intervenção. -----

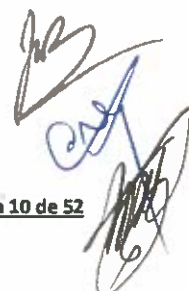
O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as palavras do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Águas Belas, dizendo que antes do Período da Ordem do Dia, gostaria de apresentar uma proposta, de alteração de toponímia, dizendo que todos os Senhores Deputados Municipais receberam uma pequena resenha história acerca do Senhor Dr. Guilherme Augusto de Faria Godinho, que foi feita pelo Dr. Paulo Alcobia Neves a seu pedido pessoal, e que de acordo com esse documento irá dar conhecimento de uma proposta de toponímia que é assinada pelo Deputado Municipal José Manuel Gomes Duarte, líder da bancada do PPD/PSD.CDS-PP, bem como pelo Deputado Municipal João Miguel Sá da Silva da bancada do PS, e pelo próprio Senhor Presidente da Assembleia Municipal e que passou a ler na íntegra: *“Proposta de Alteração de Toponímia. Enquadramento histórico. Existem na vila de Ferreira do Zêzere, duas Praças que constituem o seu Centro Histórico, acerca do qual existem documentos fotográficos centenários. A uma dessas Praças, foi atribuído o nome Dias Ferreira, homenageando a benemérita ferreirense Maria Dias Ferreira, com uma obra importantíssima para a qualidade de vida da população que foi o abastecimento público de água, que chega aos nossos dias*

através do fontenário existente na Praça e a necessitar de requalificação urgente. E se nesta praça se homenageia uma ferreirense, na outra, tal critério não foi seguido. Até 25 de abril de 1974, a segunda praça recebia a designação de Praça Almirante Américo Tomás, e com o final do Estado Novo, optou-se pela atribuição toponímica de Praça Professor Egas Moniz. Sem qualquer falta de respeito, para com este eminente médico e Prémio Nobel da Medicina em 1949, constata-se que a sua interação com os ferreirenses é absolutamente nula. Adicionalmente o seu nome é já hoje suficiente e abastadamente homenageado. Fica assim no nosso entender por aproveitar o espaço nobre desta nossa segunda praça, para homenagear um dos filhos da sua terra, um ferreirense. Justificação de uma homenagem. No texto anexo a esta proposta, encontra-se descrita uma breve nota biográfica, de um ferreirense, que terá sido, um dos seus mais notáveis e mais ilustres, que apesar de ter vivido no século XIX e ter falecido prematuramente no início do século XX, deixou uma obra notável que perdurou até aos dias de hoje, e que na essência da sua conceção, contribuiu para a existência de cuidados de saúde à população do concelho e salvou muitas vidas. Não era comum, nos anos referidos, que uma pequena vila, sede de um concelho de poucos recursos, tivesse um Hospital público ao serviço da sua população. Assim o ato de benemerência, que levou o Dr. Guilherme Augusto de Faria Godinho, a fundar e ombrear com os custos da construção, do Hospital de Todos os Santos, reúne, por si só, todos os critérios e méritos para uma homenagem perene de todos os ferreirenses. E se a isso, associarmos a sua entrega profissional e a ajuda que sempre prestava aos mais desvalidos e mais carenciados, não encontramos paralelo na nossa história coletiva, de tão enorme dedicação ao seu conterrâneo e à sua terra. Apesar de demorada no tempo a homenagem que vamos

propor, corrige, e impede que no futuro, tais gestos entrem no esquecimento. De acordo com o referido, a Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere, delibera, e propõe ao Executivo Municipal, que exerça as suas competências previstas na alínea g), n.º 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, na sua atual redação, e que aprove em reunião de Câmara, e proponha posteriormente, para aprovação, à Assembleia Municipal ordinária a realizar em junho, o seguinte: Atribuição toponímica do nome de Praça Dr. Guilherme Godinho à atual Praça Professor Egas Moniz. Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere, reunida a 30 de abril de 2022, na sede da Associação Desportiva e Recreativa de Águas Belas.” -----

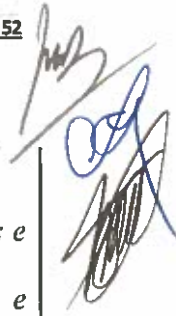
Texto anexo à Proposta: “**Guilherme Augusto de Faria Godinho.** -----

O maior benemérito da história de Ferreira do Zêzere. Foi o fundador do Hospital, seu diretor clínico e administrador, nunca recebeu ordenado. No seu tempo o Hospital de Todos os Santos só cobrava a quem pudesse pagar e quando os doentes não tinham dinheiro para os medicamentos o médico informava o farmacêutico na receita, que os custos ficavam por sua conta. A célebre frase de Pessoa: “Deus quer, o homem sonha, a obra nasce” resume quase na perfeição o percurso benemérito do Dr. Guilherme Augusto de Faria Godinho. Nascido a 5 de dezembro de 1850, no lugar de Ceras, freguesia da Alviobeira, à data concelho de Ferreira do Zêzere (a Alviobeira integrou o concelho de Ferreira até 24 de Outubro de 1855, data que passou a pertencer ao concelho de Tomar por troca com a da Igreja Nova do Sobral), filho do Dr. Paulo Godinho da Silva, médico do partido de Ferreira do Zêzere e de sua mulher D. Emília do Carmo de Faria e Silva foi, na opinião dos seus contemporâneos e de muitos ferreirenses ao longo dos tempos, o maior benemérito do concelho de Ferreira do Zêzere, fruto da sua obra e de um percurso



de dedicação e entrega à sua população que adiante descrevemos. Acerca das suas origens e do seu percurso académico escreveu José Craveiro da Cruz que era de "nascimento ilustre, pois era filho do Dr. Paulo Godinho da Silva e de Dona Emília do Carmo de Faria, de Ceras" e que "revelou sempre a par de boníssimos sentimentos, excepcional inteligência notavelmente afinada no brilhante curso que fez na escola médico cirúrgica de Lisboa na qual concluiu a sua formatura em 22/07/1875 ficando plenamente aprovado, com louvor honrosa e merecida classificação, que bem confirmava as suas magníficas faculdades intelectuais". Ainda em 1875 deu à estampa uma obra intitulada "Cálculos vesicais e seu tratamento" opúsculo com 57 páginas, impresso na Tipografia Universal, com a sua "these inaugural apresentada e defendida perante a Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa". Antes de ingressar na Escola Médico Cirúrgica de Lisboa, frequentou a Academia Politécnica do Porto, na qual, de acordo com o Diário do Governo de 16 de agosto de 1870, já se destacava tendo sido agraciado com um prémio honorífico. A 20 de janeiro de 1879 apresentava-se na Igreja de São Miguel de Ferreira do Zêzere para se consorciar com a sua parente, D. Maria Flor Heitor da Costa Félix, filha do abastado proprietário Francisco da Costa Feliz e de sua mulher D. Maria Flor Angélica Heitor da Costa dispensados em 4º grau de consanguinidade. Nasceram deste casamento três filhos: Palmira, José (que morreu criança) e Guilherme. Um ano depois, era Administrador do Concelho, cargo do qual solicitaria a exoneração em maio de 1881, sendo substituído por Augusto de Sá Godolfim e Mendonça. Nos anos seguintes colocaria em marcha o seu projeto ímpar, foi sua a ideia, a coordenação e essa concretização ímpar de dotar Ferreira do Zêzere de um Hospital e assim, a 30 de julho de 1891 era instituída, por

escritura, aquela que seria a sua grande obra: O Hospital de Todos os Santos de Ferreira do Zêzere. Na lápide, que ainda hoje perdura neste edifício, consta a data de 1889, mas, a sessão inaugural só teve lugar no dia 1 de Novembro de 1891 quando, escreve Bandeira de Toro, se realizou a "visita e inspeção da Mesa ao edifício, verificando satisfazer a todos os preceitos de higiene, capacidade e comodidades". A abertura ao público teria lugar um mês depois, a 8 de dezembro de 1891. A respeito desta obra, Alberto Pimentel escreveu uma década depois da abertura, que em Ferreira do Zêzere existia o "Hospital de todos os Santos" que fora construído "à custa de subsídios de particulares e por iniciativa e esforços do falecido médico Dr. Guilherme Augusto de Faria Godinho, que angariou aqueles subsídios e dirigiu a construção" acrescentando que o edifício teria custado aproximadamente 8:000\$00 reis. Projetado pelo Engenheiro Militar Hermano de Oliveira (que seria também, mais tarde, o autor do projeto do teatro-Enfermaria) e que cedeu o seu trabalho gratuitamente, o Hospital contou com os apoios do Estado e da Câmara Municipal. O então ministro da fazenda, João Franco Castello Branco, passaria, pouco tempo depois a ter o seu nome na atual Praça Dias Ferreira. Da comissão executiva, além do já citado Engenheiro, fizeram parte os beneméritos como o Dr. Francisco da Costa Félix (seu cunhado), Manuel António Dias Ferreira ou Januário Mendes Ferreira. Numa homenagem póstuma, José Craveiro da Cruz refere-se ao Dr. Guilherme Godinho como "o grande e distinto cidadão que foi o doutor Guilherme Augusto de Faria Godinho, individualidade por todos os títulos ilustre que a morte inopinada e cruelmente empolgou, há 26 anos, quando, porque apenas contava 49 de idade, tanto havia a esperar da sua inteligência e de acendrado amor ao sacerdócio da profissão que com tamanha e



tão fervorosa abnegação sabia exercer e respeitar (...) síntese de virtudes cívicas e profissionais, cidadão de honesta e austera conduta, médico de reconhecida e aprumada probidade, sempre obcecado pela santíssima preocupação de bem-fazer da qual nasceram a conceção generosa e difícil realização prática humanitária e prestantíssima obra, genuína, individualmente sua, que é o Hospital de Todos os Santos de Ferreira do Zêzere". Enquanto chefe de família e cidadão, o mesmo autor descreve-o como "chefe de família amantíssimo, carinhoso, afetivo, o seu recatado lar era bendito e augusto santuário, onde se aspirava o gratíssimo perfume da virtude e da modéstia, constituindo formoso exemplo da superior e adorável organização da família (...) cidadão de austera conduta, modesto, acessível, acolhedor, prestável, bondoso, a figura moral impunha-se, conquistando simpatias que bem depressa se transformavam em amizades, cimentando amizades que o tempo, pelo convívio e pelo constante reconhecimento das suas excelentes qualidades, tornava sólidas, indestrutíveis. Ao seu caráter íntegro, à sua educação aprimorada, repugnavam a referência caluniosa, a intriga baixa, o vil despeito, o ódio infamante. A bondade personificava-se no Doutor Guilherme Godinho, mas sem alardes estudados e pretensiosos." Ainda a respeito do Hospital, Bandeira de Toro, em 1940 escreveria: "Como todas as suas congéneres, são incalculáveis os benefícios que presta (...) que o digam as centenas e centenas de pobres a quem tem fornecido meios que em suas casas lhes faltam, para se tratar das suas doenças; quantos e quantos deles não teriam morrido à mingua, se não fosse a existência desta Santa Casa". Guilherme Godinho anuiu a trabalhar no Hospital sem vencimento, sendo seu sócio benemérito nº 1, administrador e diretor clínico "consagrando-se, com religiosa abnegação, aos seus doentes, que lhe mereciam

carinhosos desvelos, trabalhando afanosa e dedicadamente, para minorar-lhes o torturante flagelo do sofrimento. Teve, o doutor Guilherme Godinho, a suprema, consoladora e jubilosa satisfação de ver realizada a sua obra em que, generosamente, empenhara sua atividade e, até, ao seu dinheiro, e não lhe faltando, a encorajá-lo nesse belo empreendimento, boas e solícitas cooperações, entre as quais devemos salientar o dedicado auxílio que lhe prestaram 2 grandes amigos seus, o doutor Francisco da Costa Félix e Januário Mendes Ferreira cujo precioso concurso muito contribuiu para a conclusão deste importante melhoramento local, cuja benéfica e bem patente utilidade seria ocioso encarecer (...) tanto o preocupavam, e absorviam, os seus doentes, que para acudir-lhes com oportunidade e presteza, chegava a privar-se das suas refeições a horas regulares, o que veio a provocar-lhe, no estômago, o cancro fatal, que o vitimou em 22 de setembro de 1900 (...) mesmo com a saúde rudemente abalada, ou a qualquer hora de noite, deixou de acudir, pressuroso, aos enfermos que, por isso, justamente aquilatavam a sua dedicação. E quem melhor do que o doente, que vê, dia a dia, hora a hora, o espectro apavorado da morte rondar-lhe o leito, quem melhor do que a família aflita, angustiada, o coração torturado pela incerteza, pelo receio de uma desgraça iminente, que venha a enlutá-la, pode avaliar, e medir, os requintes de abnegação e carinho de um bom médico?" Uns meses depois da abertura do Hospital de Todos os Santos, António Soeiro, farmacêutico, acabado de se formar, abriria, em 1892, a Pharmácia Soeiro e de acordo com o Dr. Guilherme Soeiro, neto do Dr. Guilherme Godinho e filho de António Soeiro e da filha daquele, D. Palmira Félix, o biografado, além de nada receber do exercício da sua prática clínica, tinha como regra a de que no Hospital de Todos os Santos apenas pagavam os cuidados



médicos aqueles que o pudessem fazer. Muitas vezes, depois de tratar os doentes, mandava-os à farmácia daquele que já não conheceu como genro e com uma anotação na receita dizendo que os medicamentos eram por sua conta. Faleceu a 22 de setembro de 1900, em Ferreira do Zêzere, com apenas 49 anos, mas a sua obra, a sua benemerência e a sua entrega no amor ao próximo jamais serão igualladas. Texto elaborado por solicitação do PAM, nesse sentido, a Dr. Paulo Alcobia Neves". -----


Colocada à votação, a proposta de alteração de toponímia foi aprovada por unanimidade e em minuta. -----

O Senhor Deputado Municipal José Manuel Duarte, no uso da palavra, começou por dizer que é com alegria especial que está na freguesia de Águas Belas. Disse que desde miúdo se habituou a gostar daquele sítio, daquelas pessoas, e da famosa festa de Águas Belas que eram uma referência cultural no Concelho de Ferreira do Zêzere, e que não havia ninguém que não viesse à festa de Águas Belas, sendo bem acolhido por todos as pessoas daquela localidade, contou com alguns Presidentes de Junta entre os seus amigos, e já na parte da política Concelhia, sendo muito agradável ver essa localidade diferente do resto do Concelho, onde havia um tecido empresarial já digno dessa nota, onde estavam implantadas grandes indústrias e que se fazia olhar para Águas Belas de uma maneira diferente e num Concelho que era iminentemente, pobremente rural, e que a Freguesia já tinha uma população muito ligada à indústria o que lhe deu características muito diferentes. Disse curiosamente que a sua estreia na política local se fez na sala onde se realiza a Assembleia Municipal, numa sessão de esclarecimentos, tendo os seus quinze, dezasseis anos e havia esclarecimentos a seguir ao vinte e cinco de abril, talvez por ser uma zona

muita industrializada e por isso já haver sessões de esclarecimento, dizendo que gostava muito da freguesia, embora o seu coração seja de Igreja Nova do Sobral gosta muito das freguesias de Águas Belas e do Bêco. -----

Continuou e agora seguindo a ordem de trabalhos, começou por falar de cultura que é um assunto que lhe interessa bastante. Ultimamente tem tido uma sensação estranha de como publicamente se maltrata a cultura em Ferreira do Zêzere, não sendo só de agora, mas que tem visto nas redes sociais tomadas de posição incomodativas onde a Câmara aparece até a ser “entalada” por não dar seguimento, de um proponente, de um projeto, querendo colocar uma questão à Câmara com muita clareza, que explique o que está em questão e o que é necessário fazer e o que não deve ser feito, sabendo a Câmara do que está a falar, terminando assim a sua intervenção. -----


O Deputado Municipal Márcio Cabral, Presidente da União das Freguesias de Areias e Pias, no uso da palavra, querendo deixar alguns pedidos de esclarecimento, em primeiro lugar referindo-se tanto à mesa da Assembleia como à mesa do Executivo, relativo à Assembleia Temática do Ambiente, querendo saber o que foi ou não feito, informando que no dia anterior o problema voltou a ser gravíssimo em Pias, às dez da noite, em que o cheiro ia da Raposeira até Pias, para terem noção da gravidade do problema, havendo uns dias de maior calma, sendo certo que o problema existe, permanece, voltando a surgir, querendo perceber o que está a ser ponderado ser feito dali para a frente. Numa segunda questão, tendo a ver com a limpeza e corte de ervas, sabendo que já começou a ser feita alguma limpeza, e como não recebeu qualquer informação, quis saber qual o plano, a ordem de trabalhos para as limpezas, estando o problema avançado na sua freguesia mas no resto do Concelho, e os meios



que as freguesias dispõem não são suficientes, para colmatar o problema, querendo um esclarecimento acerca dessa situação. Por último referiu-se à empreitada da requalificação de muros que estava em andamento e que foi suspensa não percebendo a razão, querendo o seu esclarecimento, uma vez que havia o compromisso de esses muros serem todos reabilitados no primeiro semestre, dizendo que na sua freguesia foi apenas um, existindo mais três que carecem dessa reabilitação e estavam incluídos nessa empreitada, dizendo que já se está a entrar em maio e não lhe parece que seja possível concluir as empreitadas, neste primeiro semestre. Antes de terminar a sua intervenção quis deixar um convite a todos os presentes, informando que a oito de maio iria haver as jornadas da saúde na sede da UFAP em Areias, dizendo que vai haver uma série de rastreios de saúde gratuitos, e que no último fim de semana de maio vão ter a tradicional Feira da Ascensão, deixando o convite para os presentes comparecem na Feira. -----

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, começou por agradecer a primeira Sessão de Assembleia Municipal descentralizada, sendo algo que tinha sido prometido, aproximando os munícipes do Município. Deixou à consideração da Assembleia Municipal apresentar um Voto de Louvor por força dos setenta e cinco anos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ferreira do Zêzere, dizendo que era o dia exato para fazê-lo. Continuou dizendo que o executivo decidiu por unanimidade atribuir cinquenta mil euros à AHBVFZ para equipamentos de proteção individual e que fizeram essa entrega no dia do aniversário e que será aprovada na próxima reunião de câmara. Em relação às questões apresentadas, começou por responder ao Deputado Municipal José Manuel Duarte, dizendo que ninguém quer mais da cultura do que o Senhor Presidente da Câmara e do executivo,

afirmando que estão lá para decidir o que é melhor para a comunidade e entendem que o pedido que foi feito e que fez suceder o que tem acontecido era demasiado caro na ótica do executivo para o Município. Falou rapidamente um pouco sobre o caso do Centro de Estudos que foi proposto, que tinha a duração de quatro anos que exigia um funcionário, que o Município teria que ceder, com aquisição de duas publicações por ano, no valor de quatro mil, novecentos e cinquenta euros, acrescido de IVA, sendo uma proposta que nos quatro anos, rondaria cento e oitenta e um mil euros acrescido de IVA, mais o custo de um funcionário, quando se está a falar de um investimento de mais de duzentos mil euros por quatro anos, e no final desses quatro anos se alguma das entidades, neste caso se a pessoa singular e se o Município entendessem cessar o contrato, o Município ficava com rigorosamente nada. Atendendo a esta situação o executivo decidiu não aceitar a proposta até porque além do valor, houve um conjunto de questões jurídicas que impediam que a assunção daquele compromisso fosse efetuada, colocando à disposição dos Deputados Municipais se assim o quisessem aceder àquela informação que foi elaborada pela Vereadora Ana Elisabete Ferreira com o pelouro do apoio Jurídico. Aceita as críticas, mas também quer dar conta da razão pela qual elas aparecem, dizendo que fica esclarecido a tomada de decisão. Em relação à Biocompost, o Senhor Presidente informou que solicitou um orçamento em relação à situação dos odores para se perceber se fazia sentido ou não avançar por esse caminho, pedindo à Divisão responsável pela área Ambiental para fazer um estudo em relação aos próximos passos que deverão dar. Depois destas duas situações irão reunir-se para decidir o que irá fazer-se. Em relação à Comave, a Tejo Ambiente irá ter uma reunião na próxima semana para averiguar um conjunto de questões em relação ao



saneamento, aos esgotos, esperando os resultados da mesma, para posteriormente a Tejo Ambiente e o Município poderem avançar. Pediu que compreendessem e como o tempo passa rápido, pretendem dar passos concisos, sabendo bem o que irão fazer, por estar muita coisa em jogo, não querendo que o Município ponha pé em ramo verde, mas sim com a devida atenção. Em relação à situação dos muros, referiu que houve um pedido para que a continuidade dessas obras fosse adiada por força da chuva e houve uma paragem para que se avançasse depois novamente para os muros, por força de vontade da empresa, pelo que o executivo entendeu justificável. Disse que a empresa tem uma obra na Fonte de Ferreira, dizendo que até maio se fez trinta por cento da obra para se poder candidatar a fundos comunitários, sendo o que se pediu à empresa foi que trabalhassem a todo o gás para que a Rua Eduardo Mota e outras sejam candidatas e poder ir buscar quinhentos a setecentos mil euros, sendo a obra para continuar. Deu os parabéns ao Senhor Presidente da Junta pelas duas iniciativas, e que corra da melhor maneira e louvar a iniciativa da Feira da Ascensão, dando os parabéns à Junta de Freguesia na pessoa do Deputado Municipal, o senhor Presidente de Junta Márcio Cabral. Referente ao assunto de corte de ervas, essa questão também já tinha sido levantada pelos Vereadores da oposição, tendo falado com a Chefia em relação a esse assunto, dizendo que irão ter uma reunião no dia nove de maio, para se articular toda a situação, pedindo a devida atenção à Chefia, dizendo estar agradado com a chefia daquela Divisão, pois tem feito um trabalho importante, não estando pois preocupado, mas é um assunto pertinente dado as condições meteorológicas, e estando um dia de verão, faz crescer erva, e se não se atacar rápido, corre-se o risco de o Concelho ficar como ficou


outrora, o que não é isso que pretende, terminando assim a sua intervenção aos esclarecimentos. -----

PERIODO DA ORDEM DO DIA -----

1. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e situação financeira do município, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

O Deputado Municipal Filipe Figueiredo no uso da palavra solicitou a disponibilização da informação do levantamento das necessidades prévias em relação à situação da transferência de competências relativa à Administração Regional da Saúde, pelo que o Senhor Presidente da Câmara respondeu que ainda não se chegou a acordo com a Administração Regional da Saúde, dizendo que receberam na última semana um conjunto de respostas relativo a um conjunto de questões que o Município colocou e está neste momento em cima da mesa a analisar, e que só depois dessa análise é que irão decidir. Disse que por enquanto ainda não vão assinar nada, dizendo que poderia enviar essa informação solicitada, terminando o seu esclarecimento. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal no uso da palavra, informou que na reunião tida na CIMT esse assunto foi discutido, dizendo que a maioria dos Municípios portugueses não tem aceite a competência relacionada com os serviços de saúde, têm posto muitas reservas em relação à forma como essas competências são transmitidas pelo que a maioria dos Municípios não assinou. Referiu que a Associação Nacional das Assembleias Municipais que reuniu em fevereiro na Covilhã a informação que lhe foi enviada era de que a maioria das Assembleias

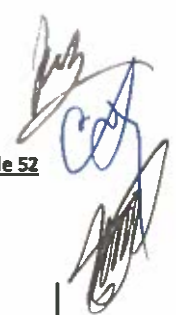


Municipais ainda não tinham debatido o assunto, sendo que esta situação diz respeito à questão de transferência de competências na área da saúde em que a maioria dos Municípios está afinada pela mesma diapasão que o Senhor Presidente da Câmara acabou de anunciar, e que a maioria não vai aceitar nas condições atuais, pelo que nesta altura o Senhor Presidente da Câmara interveio dizendo que continua haver uma grande diferença relativamente àquilo que o Município acha que é necessário e o que consta, dizendo aos presentes que a segunda folha de Excel respeitante à parte financeira tinha menos nove mil euros em relação à primeira folha, pelo que não se percebe a razão dessa situação não fazendo qualquer sentido, informando que é quase unânime que o processo irá demorar mais tempo com a totalidade das Câmaras Municipais, terminando assim a sua intervenção, bem como também a intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

O Deputado Municipal José Manuel Duarte no uso da palavra, solicitou esclarecimento em relação à Atividade Municipal onde se lê “escrituras de lotes na zona industrial”, se corresponde a novas empresas que se irão instalar, terminando a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Câmara esclarecendo ao Senhor Deputado Municipal, respondeu que é referente ao aumento da ZWM, que comprou mais dois lotes para aumento da infraestrutura e que quer mais dois lotes, onde irá ficar com a zona superior da Zona Industrial, sendo uma empresa que fatura muito, não tendo noção dessa natureza, dizendo que no ano passado faturou quarenta milhões, laborando no estanho, informou que houve uma proposta para adquirir mais dois, sendo para uma empresa nova, ligada à área florestal, sendo um sinal de dinâmica, informando que o Município irá requalificar aquele espaço quando houver possibilidade de se

candidatarem, querendo dinamizar o espaço, para que tenha mais empresas. Continuou e querendo dar conta de duas situações que a seu ver são muito importantes, uma delas é o Plano Diretor Municipal, indicando que vai para discussão pública no mês que vem, sendo que ao fim de dezasseis ou dezoito anos, estão bem colocados para fechar esta situação e que será bom para todos, estando o Município a fazer pressão para que seja em maio, pois antes das férias, consegue-se ter a informação em todas as freguesias e tinha-se técnicos que teoricamente não estavam ainda de férias, pois devia-se fazer um levantamento exaustivo daquilo que os cidadãos pretendem naquilo que é o Plano Diretor Municipal, porque tem um mês para alterar o que for possível e posteriormente tomar algumas decisões, pois existem um conjunto de alterações que podem fazer com que o PDM, ou demore mais tempo a ter uma aprovação final e que vão ter que decidir. Outra situação que vai resolver muito, é o Regulamento de Urbanização e Edificação, que irá à próxima reunião de Câmara que pretendem rapidamente trazer para discussão pública, e que com estes dois instrumentos vem resolver muita coisa e dar-se-á um grande passo para legalizar, licenciar, para se tornar menos moroso, menos pesado tudo o que são as problemáticas que as pessoas tem vindo a queixar-se, algumas com razão, outras nem tanto. Outra situação, nomeadamente, a zona da Bairrada/Bairradinha, precisavam da portaria a dar conta que era zona de banhos, a respetiva portaria já foi publicada ou será publicada nos próximos dias, sendo mais uma responsabilidade que o Município tem de criar condições rapidamente para esta época balnear, dizendo que o Município está a trabalhar nessa área, e que irão fazer pequenos melhoramentos naquela zona, no seguimento de uma reunião que tiveram com a Agência Portuguesa do Ambiente, informando que terão que lá colocar nadadores



salvadores, dizendo que é uma boa notícia para Ferreira do Zêzere, e onde se pode tomar banho com as devidas seguranças, referindo que vão iniciar a formulação desse projeto, tendo sido um projeto já apresentado pelo anterior executivo, pelo que entenderam que teve de sofrer algumas modificações, e essa alteração de projeto será feita com os munícipes, em que tiveram uma pequena abordagem com o gabinete de projetos, querendo muito o executivo que para o ano estivesse executado, tendo em conta os prazos e que o financiamento chegue a tempo. Referiu uma última situação que falou na última Assembleia Municipal Jovem, que é relativamente ao Parque Verde, informando que irá ser feito um esforço conjunto com a Fundação Maria Dias Ferreira, num investimento de cerca de um milhão e meio de euros, e que na opinião do Senhor Presidente, vem dar muita nobreza aquela zona entre o Centro Cultural e a Quinta da Fundação. Já houve reuniões e o Município também quer muito ajudar para que seja um projeto financiado, não sabendo a ligação jurídica entre o Município e a Fundação Maria Dias Ferreira, sendo uma boa notícia para os ferreirenses, uma vez que a Vila necessita de um espaço dessa natureza e o projeto será muito bonito assim que estiver finalizado e a Fundação apresentá-lo-á, terminando assim a sua intervenção. -----

A Deputada Municipal Sara Diogo no uso da palavra, solicitou esclarecimento de como estão a correr as transferências de competências de educação para o Município, sabendo que o processo já foi iniciado, questionando se a Comissão de Acompanhamento já foi constituída, ao que o Senhor Presidente da Câmara respondeu que a Vereadora responsável por esse pelouro não estava presente, não podendo falar por ela, e estando a Senhora Vereadora mais por dentro do processo, mas daquilo que tem visto, comentado e falado com ela as coisas estão a correr

muitíssimo bem, informando aos presentes que este mês já efetuaram o pagamentos dos vencimentos, a nível técnico a responsabilidade do Município também está a correr muito bem, em relação à Comissão de Acompanhamento referiu que ainda não foi aprovada, pois o Município irá ter reunião do Conselho Municipal de Educação no próximo mês e será nessa reunião que será aprovada, terminando assim o seu esclarecimento. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, referiu que o documento foi apreciado, tendo em conta que o documento não exige votação. -----

Antes de avançar para o ponto seguinte, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal chamou a atenção para a proposta que o Senhor Presidente da Câmara fez e que ainda não se tinha votado, que é o Voto de Louvor pelos setenta e cinco anos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ferreira do Zêzere que se deveria ter-se colocado à votação, pedindo desculpa pelo lapso. Mencionou que vai apresentar um voto de louvor: *"no dia trinta de abril a Assembleia Municipal reunida no salão da Associação Desportiva e Recreativa de Águas Belas apresenta um Voto de Louvor à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ferreira do Zêzere na celebração do seu septuagésimo quinto aniversário"*, pelo que posto à votação, o Voto de Louvor foi aprovado por unanimidade. -----

2. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal atinente aos estudos de sinalização/toponímia abaixo mencionados, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação: -----

2a) Colocação de sinal de trânsito, na Rua Principal de Cumes, na localidade de Cumes, sito na Freguesia de Chãos; -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo da sinalização de trânsito na Rua Principal de Cumes, na localidade de Cumes, sito na Freguesia de Chãos.-----

2b) Colocação de sinal de trânsito, no Cantinho das Courelas, no lugar de Courelas, sito na Freguesia de Nossa Senhora do Pranto; -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo da sinalização de trânsito no Cantinho das Courelas, no lugar de Courelas, sito na Freguesia de Nossa Senhora do Pranto.-----

2c) Colocação de sinal de trânsito, na Rua do Barqueiro, no lugar de Rio Fundeiro, sito na Freguesia de Nossa Senhora do Pranto; -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo da sinalização de trânsito na Rua do Barqueiro, no lugar de Rio Fundeiro, sito na Freguesia de Nossa Senhora do Pranto.-----

2d) Colocação de sinal de trânsito, na Rua Vale de Lameiras, no lugar de Vale de Lameiras, sito na Freguesia de Nossa Senhora do Pranto; -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo da sinalização de trânsito na Rua Vale de Lameiras, no lugar de Vale de Lameiras, sito na Freguesia de Nossa Senhora do Pranto. -----

2e) Colocação de sinal de trânsito, na Rua António Simões até Janafonso, na localidade de Ventoso, sito na Freguesia de Bêco; -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo da sinalização de trânsito na Rua António Simões até Janafonso, na localidade de Ventoso, sito na Freguesia de Bêco. -----

2f) Colocação de sinal de trânsito, na Rua do Alqueidão de Baixo, sito na Freguesia de Nossa Senhora do Pranto. -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo da sinalização de trânsito na Rua do Alqueidão de Baixo, sito na Freguesia de Nossa Senhora do Pranto. -----

3. Apreciação e votação da Isenção das Taxas de esplanadas e de toldos para o ano de 2022 , nos termos da alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013,

de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o artigo 35.º-U do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, bem como nos termos do artigo 30.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal no uso da palavra, começou por dizer que no seu ponto de vista pessoal, e de acordo com a votação por unanimidade na Câmara Municipal, e atendendo às limitações atuais que houve com o Covid -19, achando ser uma medida plenamente justificada. -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, nos termos da alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o artigo 35.º-U do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, bem como nos termos do artigo 30.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, aprovar a Isenção das Taxas de esplanadas e de toldos para o ano de dois mil e vinte e dois, que de acordo com a Informação Interna, as isenções referidas atrás não dispensam a emissão das licenças ou autorizações devidas nos termos da lei ou regulamentos municipais, e que a apreciação e decisão de eventual isenção ou redução das taxas previstas anteriormente carece de formalização do pedido, que deverá ser acompanhado dos documentos comprovativos da natureza jurídica das entidades, da sua finalidade estatutária, bem como dos demais exigíveis em cada caso. -----

4. Apreciação e votação da constituição do Conselho Municipal da Educação para o mandato 2021/2025, nos termos Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, alterado pelas Lei n.º 41/2003, de 22 de agosto, pela Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro e pelo Decreto-Lei n.º 72/2015, de 11 de maio, bem como autorização

da Assembleia Municipal para que o elemento do Conselho Municipal da Juventude que vier a ser nomeado por aquele órgão, de acordo com o seu regimento, passe a integrar a constituição do Conselho Municipal da Educação.

A Deputada Municipal Sara Diogo no uso da palavra, sugeriu que a data do documento fosse corrigida, em virtude de a mesma ter vinte e três de março de dois mil e vinte e um, pelo que o Senhor Presidente da Assembleia tomou nota para essa correção.-----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, nos termos da alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o artigo 35.º-U do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, bem como nos termos do artigo 30.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais aprovar a constituição do Conselho Municipal da Educação para o mandato 2021/2025, bem como autorização da Assembleia Municipal para que o elemento do Conselho Municipal da Juventude que vier a ser nomeado por aquele órgão, de acordo com o seu regimento, passe a integrar a constituição do Conselho Municipal da Educação. -----

5. Apreciação e votação do Regulamento da Biblioteca Municipal de Ferreira do Zêzere, nos termos do art.º 25º, n.º 1, alínea g) da referida Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal no uso da palavra, referiu que qualquer regimento não é uma estrutura rígida, e que qualquer regulamento pode ser modificado, sendo um regulamento que se prende com a Biblioteca Doutor António Baião que no documento vem designado por Biblioteca Municipal de Ferreira do Zêzere, mas o nome da Biblioteca é a Biblioteca Dr. António Baião. -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria e em minuta, com vinte e um votos a favor, zero votos contra, e uma abstenção, nos termos do art.º 25º, n.º 1, alínea g) da referida Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o Regulamento da Biblioteca Municipal de Ferreira do Zêzere. ----

6. Apreciação e votação da Proposta de Alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial de Lameiras, nos termos do artigo 90º do Decreto-Lei 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação. -----

O Deputado Municipal João Miguel Sá Silva, no uso da palavra, dizendo que não está em causa a votação, mas sim apenas a apreciação, gostaria de salientar a importância de uma preocupação que o documento em apreço refere, na medida em que o documento tendo em conta as alterações introduzidas pelo novo Plano de Pormenor, analisou-se as mesmas se seriam ou não suscetíveis de produzir efeitos ambientais significativos assim como riscos para a saúde humana, que passou a ler na íntegra: *“No próprio documento percebe-se que foi concluído que de facto essas alterações introduzidas não são de facto seletivas produzir efeitos significativos no ambiente, razão pela qual pode ser dispensado de avaliação ambiental nos termos do número um, do artigo septuagésimo oitavo do Regulamento Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. Posto a situação descrita e até porque o tema Ambiente voltou-se a falar hoje, o Partido Socialista quer deixar reforçado a ideia de que preocupações com ambiente são sempre importantíssimas para a salvaguarda das questões ambientais, lembrando que não se pode deixar de aprender com os erros do passado, salvaguardando o ambiente, melhorando o futuro e a qualidade de vida dos cidadãos do Concelho de Ferreira do Zêzere,*

derivado a este assunto ser muito atual que importa a muitos de nós”, terminando assim a sua intervenção. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, nos termos do artigo 90º do Decreto-Lei 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação, aprovar a Proposta de Alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial de Lameiras. -----

7. Apreciação e conhecimento - Estratégia Local da Habitação de Ferreira do Zêzere. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, informou que gostaria, depois de o ter lido, sabendo que o documento já vinha e que foi encomendado a uma empresa Lugar do Plano, e que já vem do Executivo anterior e prolongou-se para o atual executivo, dizendo que é um documento mais bem escrito em termos de representar o que é a realidade do Concelho de Ferreira do Zêzere, mencionando que aquilo que está vertido é efetivamente aquilo que é o Concelho, dando conhecimento da expressão do seu reconhecimento à empresa que elaborou o plano. -----

Nesta altura o Deputado Municipal António Manuel Henriques de Jesus ausentou-se da sala. -----

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra, referiu que tinham muita rapidez para aprovar a Estratégia Local da Habitação, para se poder avançar com os projetos, candidatar ao PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, e fica contente, derivado a internamente todos os técnicos fazerem com que este documento fosse rapidamente ao IHRU, que fosse avaliado, e que tinha todas as condições que fosse aprovado e lavar a Reunião de Câmara e trazer para a sessão da Assembleia Municipal para se

avançar para a próxima fase, que será a do projeto de execução relativo às decisões tomadas, e deixar um forte agradecimento aos técnicos do Município que trabalharam nesse momento, pois foi com a força deles que se conseguiu concluir o documento, terminando a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra deu o ponto sete da ordem de trabalhos apreciado, no entanto gostaria de sugerir com o apoio da Assembleia Municipal ao Senhor Presidente da Câmara que libertasse esse documento para o site da Câmara Municipal para que todos os cidadãos pudessem ter conhecimento do ELH, o que como ninguém dos membros da Assembleia se opôs ao pedido, foi aprovado. -----

8. Apreciação e votação da Revisão Orçamental n.º 2 (Receita e Despesa), nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal no uso da palavra, e referente ao documento em análise, referiu que a partir do dia um de abril, os trabalhadores não docentes passaram a integrar o quadro da Câmara Municipal, como os operacionais dos agrupamentos de escolas. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria e em minuta, com quinze votos a favor, zero votos contra e seis abstenções, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a Revisão Orçamental n.º 2 (Receita e Despesa). -----

9. Apreciação e votação à 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal, Caracterização dos Postos de Trabalho e Competências para o ano de 2022, conforme alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. ---

O Senhor Presidente da Assembleia no uso da palavra, referiu o documento em questão, verte do ponto anterior, existindo algumas mobilidades intercarreiras de pessoas que pertenciam ao quadro da Câmara, sendo sujeitas a mobilidade, não trazendo ninguém de fora, concluindo. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria e em minuta, com quinze votos a favor, zero votos contra e seis abstenções, conforme alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal, Caracterização dos Postos de Trabalho e Competências para o ano de 2022. -----

10. Apreciação e votação da Prestação Anual de Contas de 2021 da Tejo Ambiente, E.I.M., S.A. -----

O Deputado Municipal Márcio Cabral no uso da palavra, e atendendo a que existe o compromisso da Tejo Ambiente da Construção da ETAR em Areias no segundo semestre deste ano, mas analisando os resultados da Tejo Ambiente que estão como estão, e que está à vista de toda a gente, questiona o Senhor Presidente da Câmara se se mantém para o segundo semestre deste ano a Construção da ETAR ou não, e se tem alguma indicação contrária, ou se o défice de contas da Tejo Ambiente vai influenciar em alguma questão a Construção da ETAR, terminando assim a sua intervenção. -----

Nesta altura o Deputado Municipal António Manuel Henriques de Jesus voltou para a sala juntando-se aos restantes Deputados Municipais. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que é para fazer, sendo um compromisso que o Município tem com a Tejo Ambiente, bem

como com as três Câmaras que pertencem à administração. Deixou claro que não irá deixar que passe esse segundo semestre, sem que a obra esteja implementada. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria e em minuta, com quinze votos a favor, zero votos contra e sete abstenções, aprovar a Prestação Anual de Contas de 2021 da Tejo Ambiente, E.I.M., S.A. -----

11. Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas de 2021 do Município de Ferreira do Zêzere, nos termos da alínea I) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

O Deputado Municipal João Miguel Sá da Silva no uso da palavra, referindo-se à Prestação de Contas de dois mil e vinte e um, reflete na prática dez meses de gestão do anterior executivo e dois do atual. A bancada do PS é da opinião que o documento merece aprovação, contudo refere que se na generalidade concordam com a gestão do anterior executivo, salientam que o mesmo não acontece particularmente com a opção do anterior executivo ter efetuado o pagamento dos empréstimos à banca. Reconhecem a legitimidade de o anterior executivo para o realizar, acreditando que o tenham feito na certeza que seria o melhor para o Município, porém o atual executivo possui limitações a nível da liquidez, vive com grande desafio, fruto das suas legítimas ambições que refletem também a vontade da maioria do eleitorado, e ainda pelos compromissos assumidos e alguns que sendo assumidos pelo anterior executivo, mas que esses também devem ser cumpridos e respeitados. O atual executivo tem que lidar ainda com sequelas da pandemia que ainda não terminou e com uma guerra recente que consequentemente trazem aumento de combustíveis e das matérias-primas. Aproveita para fazer uma analogia, tendo em conta que já se fez algumas comparações com orçamentos familiares

relativamente à questão dos empréstimos, trazendo à Assembleia um exemplo real de uma pessoa que lhe é próxima, atribuindo o nome fictício “Zé”, passando a ler na íntegra, o seguinte: “O “Zé” acerca de doze anos contraiu um empréstimo para aquisição de um imóvel, pedindo cento e quinze mil euros e durante trinta e cinco anos, atualmente faltam vinte e três anos para liquidar o empréstimo. É casado, pai de filhos e um deles prestes a integrar no ensino superior. Atualmente deve à banca e não deve muito, quarenta e sete mil euros, pagando ao banco cerca de cento e oitenta euros, pagando anualmente dois mil cento e sessenta euros pelo empréstimo. Recebeu recentemente uma herança que ronda o valor em dívida, pensando liquidar o empréstimo, contudo percebeu que neste momento as despesas anuais para o empréstimo são pouco mais de cem euros. Na prática está a amortizar Capital em dívida, assim sendo decidiu fazer um pé-de-meia com a herança para uma eventualidade, até porque espera que o aumento das despesas em virtude do seu filho estar brevemente no ensino superior.” Coloca uma questão a todos os presentes. E se vocês fossem o “Zé”? Questionou. O que fariam?”. Com este exemplo volta novamente ao atual executivo com limitações de liquidez. Há soluções? Questionou. Respondendo que as há, em que o atual executivo terá mais cedo ou tarde de recorrer à Banca, não apenas para se tornar mais fácil o trabalho da gestão, mas essencialmente para que este executivo possa ir às necessidades do Município e das suas gentes e ainda poder fazer face a um conjunto de variáveis que são difíceis de prever. Por essa razão faz um apelo a todos os presentes que perante uma eventual necessidade da realização de um crédito bancário que venha a ser objeto da nossa apreciação, que seja encarado com a devida seriedade, respeito e

sentido de responsabilidade, pois além das diferenças partidárias está sempre o interesse do Município e dos munícipes, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Deputado Municipal José Manuel Duarte no uso da palavra, começou por dizer que não percebeu muito bem, ao que questionou se o Partido Socialista já está a abrir a porta a um empréstimo bancário para a Câmara. Pegando no exemplo que o Deputado Municipal João Miguel Silva, disse que era o “Zé”, está familiarizado com a história, gostando de ouvir lição de economia política do senhor Deputado Municipal, havendo uma questão que o Senhor Deputado Municipal João Miguel tem de ver melhor para convencer a Assembleia Municipal. Disse que tinha começado muito bem a falar dos diferentes condicionalismos que se está a enfrentar, nomeadamente a guerra, dizendo que nesta situação ninguém sabe e pode fazer futurologia, dizendo e pegando no exemplo o “Zé” está muito tranquilo, recebeu uma herança e no contexto atual fez um pé de meia, não sabendo se futuramente as taxas de juro vem atingir tal progressão e/ou dimensão que o pobre do “Zé” nem sabe o que fazer à vida dele. Que não se fale neste momento antecipadamente, a não ser que o empréstimo seja para breve, de abrir portas a empréstimos com consequências financeiras, sendo para já muito prematuro discutir já essa situação sem saber o que está obviamente em questão, terminando a dizer que gostou da intervenção do Deputado Municipal João Miguel. -----

O Deputado Municipal João Miguel Sá da Silva no uso da palavra, e em resposta ao Senhor Deputado Municipal José Manuel Duarte, disse que a questão não é ser cedo ou ser tarde, é uma questão de estratégia de gestão, dizendo que não era preciso haver a guerra, a pandemia, e que quando fala com empresários, com administradores todos lhe falam numa preocupação constante, a capacidade de

liquidez de uma empresa ou do Município, sendo isso que está em causa, e tudo o resto vem complicar as coisas, mas para um Município poder fazer uma boa gestão precisa de liquidez e essa liquidez não começou com a guerra, é uma questão de prever aquilo que um gestor deve fazer quando está à frente do município ou de uma grande empresa. Ter capacidade de liquidez, poder fazer face a imprevistos e poder trabalhar em prol do seu Município, terminando assim o uso da palavra. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, nos termos da alínea I) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a Prestação de Contas de 2021 do Município de Ferreira do Zêzere. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, tendo em conta a aprovação, independentemente das divergências estratégicas, em que todos já se manifestaram anteriormente, foi viabilizar a possibilidade das finanças do Município continuarem a ser passíveis de qualquer objeto ou de qualquer necessidade financeira futura, e que a Assembleia coloca-se do lado de uma solução que torne viável a gestão do Município, sendo evidente do ponto de vista pessoal do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que prefere estar a dever a zero ponto vinte e cinco, do que ter que ficar a dever a um ponto cinco, sendo a sua opinião pessoal, achando que aquilo que se tentou hoje expressar, não foi abrir a porta à necessidade de um empréstimo, não negando que isso possa ter necessidade de acontecer, sendo uma decisão ao órgão executivo, não competindo à Assembleia Municipal, mas chamando a atenção que o ato estratégico tomado pelo executivo anterior, em si ainda mais condicionado pelas situações todas que eram imprevisíveis naquele

momento se transformou num ato que “não funcionou”, não protegendo os interesses dos munícipes, terminando assim a sua intervenção. -----

12. Compromissos Plurianuais: -----

12a) Apreciação dos compromissos plurianuais (quadro 1) efetuados ao abrigo da autorização da Assembleia Municipal de 4 de dezembro de 2021, conforme n.º 1 do artº 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro; -----

Não houve intervenções. -----

Tomaram conhecimento. -----

12b) Apreciação e votação do pedido de autorização prévia para o Fornecimento de energia elétrica em regime de mercado livre - BTN - Baixa Tensão Normal (quadro 2), efetuados ao abrigo da autorização da Assembleia Municipal de 4 de dezembro de 2021, conforme n.º 1 do artº 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro; -----

Não houve intervenções. -----

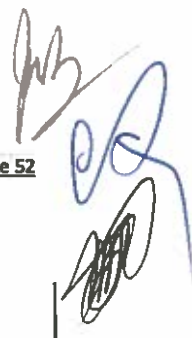
Colocado à votação, a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e em minuta, efetuados ao abrigo da autorização da Assembleia Municipal de 4 de dezembro de 2021, conforme n.º 1 do artº 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, aprovar o pedido de autorização prévia para o Fornecimento de energia elétrica em regime de mercado livre - BTN - Baixa Tensão Normal (quadro 2). -----

12c) Apreciação e votação do pedido de autorização prévia para o Fornecimento de Gasóleo Rodoviário a Granel, em fornecimentos contínuos (quadro 2), efetuados ao abrigo da autorização da Assembleia Municipal de 4 de dezembro de 2021, conforme n.º 1 do artº 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação, a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e em minuta, efetuados ao abrigo da autorização da Assembleia Municipal de 4 de dezembro de 2021, conforme n.º 1 do artº 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, aprovar o pedido de autorização prévia para o Fornecimento de Gasóleo Rodoviário a Granel, em fornecimentos contínuos (quadro 2). -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal no uso da palavra, gostaria de fazer uma pequena saudação pelo facto de se encontrarem no Salão da Associação Desportiva e Recreativa de Águas Belas, e manifestar a sua satisfação pessoal e como Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e na primeira vez na história democrática do Concelho reconhecer o facto de se estar a reunir fora da sede do Município. Disse que ao fazê-lo estão a cumprir uma das disposições do Regimento da Assembleia Municipal, e que agradece aos Senhores Deputados(as) Municipais terem aceiteado o desafio que será para continuar ao longo do mandato atual. Referiu e lembrou que foi uma das suas promessas eleitorais caso viesse a merecer a confiança dos eleitores. Saúda vivamente os habitantes de Águas Belas no dia em que se faz história naquela freguesia. Continuou dizendo que nesta semana o Concelho de Ferreira do Zêzere viveu uma série de acontecimentos que serão recordados pelos seus concidadãos e que enumera, pela primeira vez e nos últimos quarenta e oito anos de vida democrática do País, celebrou-se o vinte e cinco de abril, Dia da Liberdade através de uma iniciativa oficial e em cerimónia pública, no mapa do país pode-se afirmar que apesar da injustificável demora os cravos de abril também chegaram ao Concelho de Ferreira do Zêzere. Celebrar o Dia da Liberdade é celebrar uma data que faz parte da nossa identidade como Pátria, relembrando que



dentro destas Comemorações instalaram em funções a Assembleia Municipal Jovem de acordo com conversa prévia que houve da sua parte com os líderes de ambas as bancadas que deram luz verde para poder avançar por esse caminho e dando também assim cumprimento uma deliberação unânime da Assembleia Municipal esta expressada aquando da aprovação do seu regimento. A Assembleia Municipal Jovem será um espaço de reflexão e debate entre jovens servindo como reforço democrático e de participação cívica e formação de cidadania dos jovens do Concelho, valorizando os valores da tolerância e do debate democrático e fomentando o respeito pelas decisões da maioria para além de estimular o diálogo com os outros órgãos de soberania local. Vê na sua atividade como Presidente da Assembleia Municipal o papel de impulsionador de atividades de cidadania, de iniciativas e de facilitador de soluções e congregador de vontades e nesse sentido pensa que, junto dos Senhores Deputados Municipais tem procurado cumprir as suas obrigações com a sua forma de pensar, também disponibilizando a possibilidade de atender os seus concidadãos ou convocar as suas Associações representativas, Associações Culturais e Desportivas. Ouvi-las, partilhar dos seus problemas, bem como apresentar, vincular pedidos de interesse para o desenvolvimento da vida do Concelho. Do seu entendimento resulta o facto de nunca ter tomada uma decisão estruturante ou de maior responsabilidade fora dos limites e poderes que lhe confere a Lei e o Regimento da Assembleia Municipal e de ter ouvido previamente os líderes de bancada representados na Assembleia inclusivamente de se ter alargado o consenso em algumas situações mais concretas ao Deputado e único eleito pelo CDS.PP, na lista PPD/PSD.CDS.PP, sendo com muito regozijo que manifesta que a semana que passou foi uma semana cheia no Concelho de Ferreira do Zêzere, em

que se pôde usufruir da liberdade e do direito à divergência e também se pôde usufruir festejar a liberdade unidos no único propósito que é de levar o Concelho de Ferreira do Zêzere para patamares, que honre a todos e que honrem a sua população, terminando assim a sua intervenção. -----


INTERVENÇÃO ABERTA AOS CIDADÃOS -----

1. Intervenção e esclarecimento ao público nos termos do n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

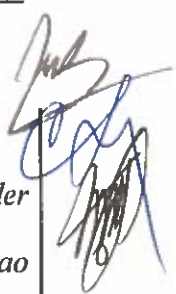
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, começou por cumprimentar o público que está presente, agradeceu-lhes a presença, sendo sempre um incentivo para os Senhores Deputados Municipais poderem usufruir da presença do público e de ouvi-los. No tempo da inscrição do público junto do colaborador da Assembleia, o Senhor Presidente da Assembleia aproveitou o momento para a marcação da próxima sessão da Assembleia Municipal para junho de acordo com a lei, propondo à Assembleia Municipal que autorizasse a convocatória da Assembleia para a União das Freguesias de Areias e Pias, seguindo a ordem alfabética das principais freguesias, perguntando aos Senhores Deputados Municipais se se opunham a essa proposta, o que como ninguém se manifestou, ficou então marcada a próxima reunião na União das Freguesias de Areias e Pias. Após várias conversações entre os presentes ficou marcado o dia para vinte e quatro de junho, pelas vinte e uma horas. -----

O Senhor Vítor Mendes solicitou o uso da palavra e procedeu à leitura da sua intervenção que segue na íntegra a seguir escrita: -----

“Boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores(as) Deputados Municipais, Senhores e Senhora Vereadora, População presente. Senhor Presidente



da Mesa da Assembleia. Começo por enaltecer a iniciativa que V. Exa., que teve sobre a Assembleia realizada em 02 de abril, mas a forma como foi realizada na minha opinião não alcançou os objetivos por mim esperados. Ficou sem se saber quem errou, e quem é o responsável pela situação. Quem identificou e tem protestado e lutado contra os tais incómodos como os, cheiros e os fumos. Creio que é reconhecido que foram os moradores, e não os eleitos autarcas, e muito menos os organismos convidados. Mas a forma como decorreu a Assembleia, não permitiu que os organismos convidados tivessem conhecimento direto de tais problemas. Isto é, o que a população tem vindo a sentir ao longo de todo este tempo. Assim, ficou tudo na mesma. De quem é a responsabilidade desta situação? Quem permitiu e deu cobertura ao que se tem vindo a passar? Quem não fez exatamente o que deveria? Senhores(as) eleitos autarcas. Esta Assembleia foi para mim uma desilusão, mas teve o mérito de clarificar alguma coisa. Numa exposição que durou cerca de 5 horas e meia, onde todos os intervenientes tomaram a palavra e onde expuseram as suas opiniões, numa Assembleia que deveria procurar encontrar respostas para os problemas reais que persistem no nosso Concelho, a conclusão, foi que nenhuma das partes envolvidas considera ter alguma coisa a ver com tudo o que se tem vindo a passar, e que existe. Podem ter ficado bem na fotografia, mas ficaram muito mal na responsabilidade. As razões foram várias, e algumas delas até julguei estar a assistir a uma campanha eleitoral. Isto é; - Passados todos estes anos, as empresas fizeram projetos, pediram licenças, autorizações e pareceres, começaram a laborar, e ninguém deu pelos fumos, odores, barulhos e até moscas. Lamentavelmente ouve quem desse por isso e até tenha identificado alguns erros. A população, o Zé Povinho, que é quem aguenta com os vossos erros e as vossas decisões. A



*população deu-se ao trabalho de levar o assunto a quem de direito. A todo o poder autárquico local, aos organismos do estado, ao parlamento, e até se deram ao trabalho de apresentar uma queixa ao Ministério Público. Depois disto, ouviu-se nessa Assembleia os responsáveis pela situação existente, Deputados Municipais e Vereação a levantar dúvidas e preocupações. Aparentemente demonstraram preocupação. Então porque aprovaram antes de avaliar e discutir? Mas quando a população levantou o problema nas Assembleias e reunião de Câmara, foram tratados como covardes, gente insignificante, sem cultura, ignorantes, analfabetos, que só sabem levantar problemas. É caso para dizer. Já não há paciência para assistir a tanta demagogia e tanta leviandade intelectual. Compreendo que os organismos convidados a participar tenham feito o que fizeram. Clarificaram as suas responsabilidades diretas, não dando palpites, mas sim, esclarecendo as suas responsabilidades. E aqui está a resposta! **O representante da DRAP disse com todas as letras que o seu organismo só poderia dar parecer, depois da Câmara aprovar a licença de construção.** Tem graça; - Sempre foi uma das denúncias feitas pela população. Mas os eleitos que têm usado auscultadores auditivos, nunca ouviram tal coisa, pois não? Isto é, tinham coisas mais importantes para decidir. O atual Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Areias e Pias na altura membro da Assembleia de Freguesia convidou alguns moradores onde abordou este problema antes da Assembleia Municipal. E reconheceu o erro que então cometeu por não ter dado a devida atenção a este assunto, reconhecendo, que certamente não se chegaria a este ponto se na altura tivesse tomado posição. Qual é o problema de todos vós sem exceção, assumirem o erro que cometeram? Pois é, alguns políticos julgam-se os super sumos da batata, não cometem erros. O*

reconhecer um erro, não é um ato de covardia. Pelo contrário, é um ato de coragem e que dignifica quem o faz. Quem exerce cargos públicos, deve assumir as responsabilidades na íntegra, e não aos bocadinhos. A forma de um político ser respeitado, não é pelo que diz, mas sim, pelo que assume e faz. Tenho dito.” -----

O Senhor Vítor Mendes ainda no uso da palavra acrescentou o seguinte e passo a escrever na íntegra: *“Senhor Presidente da Mesa da Assembleia. Se me for permitido, gostaria de acrescentar o seguinte; ontem na Assembleia de Freguesia da UFAP, o senhor Presidente da Junta de Freguesia disse o seguinte; Este problema dos cheiros esteve algum tempo calmo. Mas hoje, quando vinha para aqui, o cheiro junto ao Touco, era demasiado forte. Agora digo eu Vítor Mendes. – Espero que não exista aqui um ato de castigo da Biocompost. Recusou-se a vir à Assembleia quando foi convidada pelo Senhor Presidente da Assembleia. Ontem realizou-se a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Areias e Pias e recebemos de prémio de compensação. O perfume da Biocompost. Já a saudosa Ivone Silva, mulher, artista, e filha deste Concelho, disse numa das suas rábulas artísticas. – ISTO É QUE VAI UMA CRISE, EM! Muito obrigado Senhor Presidente.”* -----

Após a finalização da intervenção do Senhor Vítor Mendes, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal no uso da palavra, gostaria de deixar esclarecido duas, três situações que se prenderam com a Assembleia de dia dois de abril. Publicamente disse logo no final da Sessão Temática do Ambiente que se sentia frustrado, e que mantém a postura inicial. Esperava outra situação, bem como esperaria ouvir que as entidades tivessem a coragem de assumir as próprias responsabilidades que não tiveram. Continuou dizendo que por outro lado a Assembleia atual e dos muitos

20	141
Livro	Folhas

assuntos que são ali comentados e relacionados com o Ambiente são situações que como o Senhor Vítor reconhece e já reconheceu, que vem de tempos anteriores, sendo situações que ultrapassam o mandato e parte da atuação da Assembleia atual. Referiu que o objetivo da reunião de dois de abril era ser esclarecedora, não sendo objetivo nenhum esconder a população do contato com as entidades intervenientes, simplesmente e como também o Senhor Presidente da Assembleia deixou claro nessa Assembleia Temática, as condições que foram impostas pelos organismos para participarem na Assembleia seria precisamente a que não respondessem a perguntas a não ser dos Deputados Municipais, o que nesta situação ou se tinha Assembleia ou não se tinha Assembleia. Achou muito importante que tudo aquilo que foi dito tenha ficado gravado, estando tudo disponível para qualquer situação futura, e assim constituir memória gravada aquilo que se passou naquela Assembleia. Teve o cuidado de ler pormenorizadamente os documentos que fez chegar o Senhor Alberto acerca da situação e da decisão que foi tomada pelo Ministério Público, dando conta que aquilo que ficou dessa leitura, é que a situação do ponto de vista jurídico teve a decisão que teve por falta de provas, resumindo que aquilo que vem exarado no despacho do Senhor Juiz, tomou as decisões que tomou por falta de provas. É claro que quem vive ao pé do problema tem as provas, mas tem é que as documentar, partindo nesse sentido, sendo um esforço competente a todos. O Senhor presidente da Assembleia já se predispôs a ir com o Deputado Municipal Márcio Cabral visitar as instalações, ir pessoalmente ao local ver o que se passava estando lá com as pessoas que queiram lá estar e que queiram esclarecer, dizendo que o que se vai fazer no futuro o Senhor Presidente da Câmara Municipal poderá responder, esclarecendo quais os passos que estão a ser dados. Em relação à Comave, a reunião

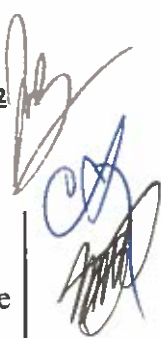
com a Tejo Ambiente é fundamental para esclarecimento de dúvidas que foram levantadas na Assembleia. Em relação à Biocompost, disse que muito daquilo que se passar pela solução irá ter que ser por “pressão“, junto da administração para que se torne sensível à situação, não podendo deixar de referir que existe uma outra situação preocupante, não dizendo só respeito à localização na União de Freguesia de Areias e Pias que é a localização dos Vales, e pela proximidade da população da Pombeira e do Rio, ter-se-á que tomar decisões com muito cuidado. Voltando um pouco atrás, referiu que o Senhor Deputado Municipal João Silva chamou a atenção para que em muitas das situações que se estão a vivenciar, uma forma de as evitar poderia passar pela análise estratégica ambiental de cada um dos projetos e essa situação não foi feita, nem em setenta e seis, nem posteriormente, dizendo que se essa análise fosse feita antes, dava um suporte jurídico às decisões que a Câmara poderia tomar no sentido de não permitir aquilo que foi permitido. Tem que se viver com aquilo que se tem, não podendo recuar atrás no tempo à procura de um prejuízo que não tendo sido feito pelo atual executivo e atual Assembleia diretamente, mas sim resolver o problema com as armas e capacidades que se tem, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra, começou por dizer que não tem mais nada a acrescentar, dizendo ao Senhor Vítor e aos Municípes, que estão todos juntos para tentar resolver o problema dos maus cheiros, julgando estar a fazer o caminho certo, respeitando aquilo que o Senhor Vítor mencionou, e que falando por todos os autarcas, disse que ninguém ali estava com problemas em assumir as devidas responsabilidades, e que é assunto que vem muito detrás e que nesta altura deverão ser um só para conseguir resolver o problema, assumindo que a Assembleia

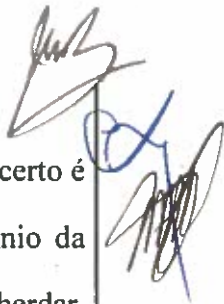
20	142
Livro	Folhas

Municipal o próprio executivo e Juntas de Freguesia tem trabalhado muito para se conseguir chegar a esse porto. Disse que não consegue resolver em seis meses aquilo que não foi possível resolver nos anos anteriores. Referiu que tem ali perante todos os autarcas o compromisso de que todos estão empenhados para resolver o problema, pedindo com o maior respeito, é que olhe para os autarcas e membros da Assembleia como alguém que quer resolver a situação, e que estão com o Senhor Vítor na defesa das populações, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Francisco Oliveira, no uso da palavra, começou por cumprimentar todos os presentes, e fazendo uma apreciação aos trabalhos não só pelo executivo, mas também pela mesa da Assembleia e com esta sua intervenção deixar uma pergunta à Mesa da Assembleia. Começou por falar em primeiro lugar sobre o vinte e cinco de abril, dizendo que não esteve nas celebrações pois esteve em isolamento, referindo que ficou feliz enquanto jovem de ver pela primeira vez o vinte e cinco de abril a ser celebrado no seu Concelho passados quarenta e oito anos, e que celebrar abril é celebrar um Portugal democrático, livre e virado para o futuro, mas também Portugal virado para a Europa, em que todos os cidadãos tem direito a utilizar a sua palavra, a sua opinião em público sem ter a preocupação de ter a "PIDE" atrás das pessoas. Referiu que neste ano de dois mil e vinte dois, a democracia celebrou a sua longevidade, uma vez que a sua duração ultrapassar a da ditadura, dizendo que quis o destino que daqui a dois anos irão celebrar meio século desde a revolução dos cravos. Gostaria de manifestar o seu apreço pela iniciativa do Município e independentemente do que possa ocorrer no futuro que seja uma tradição que se possa manter no Concelho de Ferreira do Zêzere, sendo que se possa tornar a celebração do vinte e cinco de abril num evento que atrai pessoas de outros



concelhos, para dinamizar o negócio local, a economia local e mostrar o que de muito bom há no Município como a sua doçaria. Em segundo lugar gostaria de agradecer o profissionalismo e o rigor com que a mesa tem dirigido os trabalhos, dizendo que é um órgão consultivo em que todos os cidadãos do Município, tem interesse em participar e é exigido que haja uma transparência, como também uma aproximação dos órgãos eleitos com os eleitores. Disse que a descentralização das Assembleias, a transmissão online, como o anúncio atempado das Assembleias permite promover o desígnio de transparência e proximidade entre os eleitores e órgãos eleitos, possibilitando a jovens vir dar a sua palavra o seu apoio pelos trabalhos, fazendo alguns reparos e esclarecer dúvidas. E por falar em jovens gostaria de citar uma frase *“Os jovens de hoje são os homens e mulheres de amanhã, falar de juventude significa voltar-nos para o futuro”*, dizendo que esta frase foi proferida em mil novecentos e quarenta e seis, há setenta e seis anos em pleno Estado Novo pelo Senhor Doutor Mário Soares, sendo engraçado que em abril de dois mil e vinte e dois, essa frase proferida faz tanto sentido agora como fazia na altura, principalmente no Concelho de Ferreira do Zêzere, que é um Concelho do interior tendo dificuldade em captar os jovens pelo que na Assembleia Municipal Jovem que foi promovida, apoiando muito a iniciativa da Assembleia, mostrando a vontade do Executivo de ouvir os jovens, gostando até de ouvir uma intervenção de uma jovem que falou e que estava atento a ver do direto, que disse e muito bem que muitas das vezes os jovens não são ouvidos ou não são tidos em conta a sua opinião, sendo posta de parte, e que é um problema transversal que muitas vezes pensam *“não vou votar porque não vale a pena, o que é que vai mudar?”* e gostaria de fazer um louvor à geração dos anos noventa, inícios de dois mil, são vistos como



pacientes, dramáticos, demasiado emocionais ou inconformados, mas o que é certo é que são uma geração de causas e que cada um transporta consigo o desígnio da preocupação social, sendo uma preocupação comum, seja o futuro que irão herdar, seja pela comunidade, pelo Concelho e do ponto de vista mais global do nosso planeta. Referiu que na sua vida de jovem já passou por duas crises económicas, duas crises pandémicas, uma crise climática que se agrava e guerras humanitárias, seja da Síria, da Palestina, e agora mais recente a Ucrânia que apesar de estar tão distante afetam diretamente, daí que a participação jovem tem que ser tida como um elemento crucial na Assembleia e que tenham voz na esfera pública em órgãos que vão influenciar as decisões que irão moldar o Concelho a médio-longo prazo, sendo importante a opinião dos jovens. Não falando só da emancipação jovem, habitação acessível, emprego qualificado, mas também da questão da saúde pública, saúde mental, alterações climáticas, mais atividades, até desportivas e culturais. Aponta também a criação da Assembleia Municipal Jovem, como também a constituição de um eventual Conselho Municipal de Educação, sendo um órgão importante para se ter no Concelho que irá lançar as bases para mais um órgão consultivo que os jovens da Juventude Socialista tem persistentemente andado a falar com o executivo e que felizmente através da aprovação, ver esse objetivo, como um passo mais perto de se concretizar que é a criação do Conselho Municipal da Juventude, em que será um Conselho no qual todos os jovens, todas as associações juvenis, tem uma voz similarmente como na Assembleia Municipal Jovem, concluindo com uma questão técnica, e atendendo que a Assembleia Municipal Jovem e o Conselho Municipal da Juventude funcionam com regimentos diferentes querendo ser esclarecido, visto que o Conselho Municipal da Juventude tem representantes das escolas, das Associações

de estudantes, se os órgãos democraticamente eleitos na Assembleia Municipal Jovem se irão transpor para o Conselho Municipal da Juventude ou se irão ser eleitos outros órgãos diferentes, ao que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio respondendo que os regimentos, as atividades e as funções são diferentes. Referiu que aquilo que está combinado e o que está previsto no Regimento da Assembleia Jovem é que no próximo ano de dois mil e vinte e três, os estudantes formem listas, que não tem de ser listas partidárias, mas listas de associação com princípios com que se identifiquem, em que as escolas promovam uma votação. Informou que haverá um professor que irá ser nomeado pelo agrupamento de escolas para a ligação da Assembleia Municipal e Assembleia Municipal Jovem, sendo que dessa eleição, haverá a instalação de uma nova Assembleia Municipal Jovem, explicando que a rotatividade dos alunos ao longo do tempo exige que não seja um período de quatro anos, mas sim de dois em dois anos mudando os elementos, para rejuvenescer, dando oportunidades aos mais novos que entretanto cresceram, ou outros que tenham chegado e queiram pertencer, sendo o que irá acontecer em setembro de dois mil e vinte e três, em que o grupo atual dará lugar a um grupo novo, constituído pelo regimento atual. A participação do Conselho Municipal Jovem, pertence a quem está indicado que nela pertencer, não sendo uma responsabilidade da Assembleia Municipal Jovem, terminando assim o seu esclarecimento e sua intervenção, bem como também a intervenção do cidadão, o Senhor Francisco Oliveira. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu novamente o uso da palavra ao Senhor Vítor Mendes, que no seguimento da resposta do Senhor Presidente da Câmara, leva-o a colocar a seguinte questão, e sendo ciente que o assunto tem uns

20	144
Livro	Folhas

anos, perguntando quantos membros da Assembleia e do executivo camarário são novos dessa altura, respondendo que a grande maioria é desde essa altura. Disse ainda e segundo palavras do Senhor Presidente da Câmara, que “os autarcas estão aqui para resolver os problemas”, ao que o Senhor Vítor referiu que quando vem à Assembleia vem discutir política e não pessoas, dizendo que o Senhor Vereador Hugo Azevedo é o responsável da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere pelo Ambiente, questionando se quando faziam as vistorias se ele não estaria lá, respondendo que sim, e não tem nada a ver com esta situação, questionou. O Senhor Presidente da Câmara, na altura era Vereador, e sabia desta situação, dizendo que os Senhores conhecem perfeitamente o problema e não tomaram as devidas medidas que deviam tomar e não ouviram as pessoas. Referiu que quando as pessoas começaram a levantar problemas os Senhores “encolheram-se”, dizendo até que os trataram mal. Disse que o Ministério Público tomou uma posição e que pessoalmente não está de acordo e que essa falta de provas tem de se provar. Houve documentos que foram entregues ao Ministério Público. Disse ainda que foram entregues requerimentos à Assembleia Municipal e que não ficaram em ata, questionou se esta situação não era uma ilegalidade. Terminou dizendo que o que está a ser feito agora fosse feito atrás no passado com rigor e havido consideração com aqueles que têm o problema provavelmente não se chegaria à situação atual, havendo sempre solução e que a natureza é eterna, transformando-se todos os dias e os problemas que se encontram hoje haverá sempre soluções, sendo necessário aplicar os conhecimentos, e os conhecimentos existem, questionando se os seiscentos mil euros que foram investidos naquela empresa foram bem investidos, terminando assim a sua intervenção.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal no uso da palavra, disse que a grande maioria dos membros da atual Assembleia Municipal, mais de setenta por cento não pertencia a nenhuma Assembleia anterior, e deixou claro que as soluções tem que ser procuradas e aí todos estão de acordo, mas juridicamente tem que se dar passos certos para não levar com os advogados dessas empresas a pedirem indemnizações em cima do Município, sendo que as coisas terão que ser feitas de modo que amanhã não haja uma ação contra a Câmara no valor de dois a três milhões de euros, sendo que já se tinha referido que se tinha que ir passo a passo e saber como se vai fazer. Disse que uma coisa é certa e ficou demonstrado no dia dois de abril e que vão fazer, mas que irão escolher o caminho para fazer de uma maneira que proteja os interesses da população, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra e dirigindo-se à Deputada Municipal Sara Diogo, disse que a Comissão de Acompanhamento por força de lei é constituída pelo Presidente da Câmara, é o Diretor Regional e a Diretora da Escola, já reuniram na escola e que essa Comissão de Acompanhamento trata das competências e que até ao momento tem corrido tudo muito bem, estando motivado para passar para a próxima fase que é pensar numa requalificação ou de uma escola nova, sendo um compromisso com o Diretor Regional de Educação, querendo muito avançar com o projeto, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal no uso da palavra, queria convidar toda a população que estão a ver em Streaming, poderão dirigir-se à Câmara Municipal, consultando os processos relativos à Biocompost e à Comave, estando disponíveis, e que encontrarão com certeza a resposta ao que se passou em relação às vistorias. -----

